

**Impresso
Especial**

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

CORREIOS

ADverso

Jornal da Adufrgs nº 134 - Maio/2005



CAMPANHA SALARIAL

Novo degrau na carreira gera divergência

Extinção da GED unifica o movimento

CHITA

Que universidade queremos?

Acompanhe passo a passo o debate sobre a Reforma Universitária na página da Adufrgs



www.universidadepublica.org.br

ADufrgs
Seção Sindical da ANDES-SN
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

Seção Sindical da Andes-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

Diretoria

Presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
1º vice-presidente: Cláudio Scherer
2º vice-presidente: Lúcio Hagemann
1ª secretária: Zuleika Carreta Corrêa da Silva
2º secretário: Mauro Silveira de Castro
1º tesoureiro: José Carlos Freitas Lemos
2º tesoureiro: Marcelo Abreu da Silva
1ª suplente: Regina Rigatto Witt
2º suplente: João Vicente Silva Souza

ADverso

Publicação mensal impressa em papel
Reciclato 75 gramas •
Tiragem: 4.500 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa
Produção e edição: Veraz Comunicação Ltda

Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)
Reportagem: Maricélia Pinheiro, Nara Branco
(6470/80) e Zaira Machado (RJP 7812)
Ilustrações: Francisca Braga
Projeto gráfico e diagramação: Fabrícia Osanai

UMA NOVA FASE PARA O ADVERSO

• • • • •

04 Reforma Universitária

06 Entrevista

GIL VICENTE REIS DE FIGUEIREDO
(presidente do Proifes)

"O Proifes não representa
uma saída da Andes"



09 Encontro com
o reitor

10 Conseia

12 Vida no Campus

14 Campanha Salarial

Docentes reivindicam fim da GED

A polêmica Gratificação de Estímulo à Docência (GED), instituída após a greve de 1998, pode ser extinta. Esse é o ponto de maior consenso entre as partes que compõem o GT MEC, que entendem o mecanismo de avaliação da GED como ineficaz.

17 Mostra Inova Ufrgs

18 Prestação de contas

19 Artigo: Lei de biossegurança

22 WWW

23 Orelha

24 Hipermídia

26 Observatório

27 A história de quem faz

Esta edição de nosso jornal marca o início de uma nova fase em sua bela existência. O Adverso é um jornal sindical muito qualificado e elogiado. Graças ao trabalho das várias diretorias que se sucederam nestes anos, ele tem evoluído e se modificado sem contudo jamais perder sua marca, trazer quinzenalmente aos sócios da Adufrgs e demais leitores informações, notícias, debates, entrevistas e outras matérias, com o intuito de informar, subsidiar a luta e entreter. Não será diferente no futuro. Mas o jornal adquire agora uma nova face, mais bonita, mais colorida, mais moderna, com o objetivo de se aproximar mais ainda dos leitores, que acompanham o seu tempo, tempo das novas tecnologias e das novas identidades visuais.

O jornal passa a ser mensal, em formato arrevistado, com matérias mais longas. Mais informação institucional estará presente e novas seções foram criadas. Destaco a seção "Vida no Campus", que pretende mostrar o trabalho dos associados, para os colegas e para a sociedade. Nesta inauguração veremos um caso de grande relevância social do trabalho docente que a Ufrgs produz. Esperamos que os docentes se vejam em seu jornal e que possamos contribuir para mostrar o quanto os associados da Adufrgs produzem em seu trabalho quotidiano.

Tais mudanças, ao contrário do que possa parecer, também são acompanhadas de redução de custos, na medida que uma edição mensal custará menos que as duas anteriormente editadas, com menos despesas de envio igualmente. Mas esta redução de custos não será acompanhada de redução de qualidade e quantidade de informação, pois agora serão 28 páginas mensais, quatro a mais do que hoje. A Diretoria da Adufrgs espera, assim, estar cumprindo com seu dever de gerir responsávelmente os recursos que são de todos e oferecendo um novo espaço de informação que, esperamos, agrade aos leitores.

O tema central desta edição não poderia ser outro, a Campanha Salarial 2005. A Universidade exige respeito e não podemos aceitar que esta política econômica seja mantida, impedindo os investimentos na área social, combinando arrocho salarial dos funcionários públicos e altíssimo superávit primário, o que tem feito a felicidade do mercado financeiro com os juros aos níveis hoje praticados. Exigimos que o Presidente da República cumpra com seu discurso de que os servidores públicos devem ser valorizados, para o bem de toda a nação que tanto precisa de serviços públicos de qualidade.

REFORMA DO ENSINO SUPERIOR

Anteprojeto do governo em ciclo de debates

Dentro do processo de discussão da Reforma Universitária, o anteprojeto do governo foi tema de debate no dia 6 de abril, na Faculdade de Economia da Ufrgs, em encontro promovido pela CUT/RS e várias entidades ligadas à educação, entre elas a Adufrgs.

Em 2 de maio, a questão voltou a ser discutida no âmbito universitário, desta vez por iniciativa da administração central da Ufrgs. As mudanças no ensino superior voltaram à berlinda na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, durante audiência pública no dia 3 de maio.

No seminário do dia 6 de abril, o anteprojeto recebeu críticas, elogios e sugestões, e foi rechaçado por um grupo de alunos ligados ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Ufrgs que, assim como a Andes, decidiram não discutir a Reforma Universitária, sob o argumento de que a proposta do governo segue as diretrizes do Banco Mundial. Enquanto uma parcela isolada se recusa a participar da formulação da Reforma, várias entidades da área de educação enviaram propostas de modificação. Segundo informações da assessoria de comunicação do MEC, a segunda versão da Reforma da Educação Superior será lançada no dia 30 de maio, com transmissão, ao vivo, para todo o País, pelo canal NBr da Radiobrás. A apresentação também poderá ser acompanhada pela internet no www.radiobras.gov.br.

A necessidade da Reforma Universitária estar atrelada a um projeto de nação foi colocada por praticamente todos os palestrantes, que também foram unâmines em afirmar que o anteprojeto do governo, ao



propor a regulamentação do setor privado, promove um avanço na educação superior. Atualmente, as universidades privadas têm 80% das matrículas, sem que haja qualquer controle sobre a qualidade do ensino.

Outro ponto relevante é a questão do financiamento. Segundo análise do anteprojeto elaborada pela Adufrgs, o percentual previsto não seria suficiente para manter e ampliar a Universidade Pública, tendo em vista que atualmente já é gasto mais do que prevê a proposta do governo, e ainda assim as universidades são obrigadas a buscar recursos em outras fontes. O Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes) defende investimento de, no mínimo, 7% do PIB, uma vez que os países ricos investem 6% e já possuem uma estrutura bem montada. Atualmente o percentual aplicado no Brasil é de 3,9%.

A ampliação da assistência estudantil, tema que o anteprojeto não enfatiza, também foi colocada como prioridade, principalmente para assegurar a

permanência dos alunos cotistas. Atualmente, o percentual destinado à assistência estudantil não atende à totalidade de alunos carentes. Com a implantação das cotas, o número de estudantes que precisa de ajuda financeira para se manter na universidade, deve aumentar consideravelmente.

Os palestrantes defenderam ainda a autonomia das Ifes no sentido total da palavra, inclusive no que se refere à definição de linhas de pesquisa. "A universidade precisa ser livre para pensar", ressaltou a ex-reitora da Ufrgs e ex-presidente da Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Wrana Panizzi.

Participaram também do debate o professor Gil Vicente Reis de Figueiredo, presidente do Proifes e presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal de São Carlos (Adufscar); Madalena Guasco Peixoto, coordenadora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado



Fotos Clarissa Pont

CICLO DE DEBATES: Comunidade universitária, sindicalistas, parlamentares e representantes da sociedade civil de Porto Alegre têm aprofundado cada vez mais a discussão sobre a Reforma Universitária. Várias propostas foram enviadas ao MEC, que deve apresentar nos próximos dias uma nova versão do projeto.

(Contee); Celso Luís Sá Carvalho, coordenador de Educação da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores nas Universidades Brasileiras (Fasubra) e Hélio Trindade como representante do MEC.

Mais espaço para o debate

No dia 2 de maio, a comissão do Conselho Universitário (Consun) encarregada de analisar o anteprojeto do governo apresentou um estudo dos pontos mais polêmicos durante seminário promovido pela Ufrgs. Após a explanação, representantes da Adufrgs, Assufrgs e Diretório Central dos Estudantes (DCE) teceram considerações e, mais uma vez, apontaram aspectos positivos e negativos, o que deixou clara a posição de cada segmento. O presidente da Adufrgs, Eduardo Rolim de Oliveira, ressaltou a importância do debate e falou sobre o esforço que a associação tem despendido no sentido de colaborar para uma melhoria do projeto.

Como em outras ocasiões, ele colocou a questão do financiamento como uma das mais importantes, uma vez que o percentual previsto no anteprojeto, segundo Rolim, é insuficiente para manter o padrão atual das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). E se o governo quer ampliar vagas, o montante fica ainda mais longe de viabilizar essa meta. Outro

questionamento diz respeito à carreira docente que, de acordo com o presidente da Adufrgs, não está prevista de forma clara no anteprojeto.

O discurso do DCE, profrido pela acadêmica Fernanda Melchionna, enveredou pelo caminho da crítica ao ProUni, à Lei de Inovação Tecnológica e ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), fugindo da discussão sobre o anteprojeto em si. O principal argumento é o de que a reforma começou com as medidas citadas, sem que fosse feita qualquer discussão. A direção do DCE, ao contrário da União Nacional dos Estudantes (UNE), tem defendido em inúmeros encontros a posição de não discutir o anteprojeto, concentrando forças para reverter o que já foi implementado.

A representante da Assufrgs, Tônia Duarte, informou a decisão da categoria, tirada em assembleia no dia 20 de abril, de debater um projeto paralelo com o movimento social e sindical, de forma a disputar na sociedade e no Congresso a visão dos técnico-administrativos. Entre as reivindicações, está a histórica paridade na composição dos conselhos universitários e nas eleições para reitor. Tônia frisou que sem a democratização da universidade, não há reforma satisfatória.

No debate sobrou ainda espaço para críticas à adoção de cotas e à massificação do ensino superior. A professora Carmem Craidy, da Faculdade de Educação, observou que no Brasil, enquanto há todo um esforço para democratizar o ensino superior, o ensino médio é cada vez mais desqualificado. Ela lembrou que em muitos países europeus e na Argentina, onde existe fácil acesso à universidade, formam-se milhares de profissionais que não encontram espaço no mercado de trabalho.

Para a estudante da Ufrgs e vereadora Manuela d'Ávila (PC do B), o primeiro aspecto positivo do anteprojeto é a mudança de paradigmas, uma vez que há bem pouco tempo se lutava para barrar o crescimento exagerado do setor privado e hoje se discute o financiamento das universidades públicas e o controle das privadas. Ela criticou a proposta do Executivo no que diz respeito à assistência estudantil e anunciou que a UNE apre-

sentou ao governo o Plano Nacional de Assistência Estudantil, que trata não só da moradia e alimentação, mas reivindica também a criação de creches, já que 52% das universitárias brasileiras são mães.

Assembléia Legislativa

Na Assembléia Legislativa, as comissões ouviram representantes de universidades públicas e privadas, entidades classistas e docentes. Nas próximas semanas, serão ouvidos representantes dos estudantes e o ministro da Educação, Tarsó Genro. Durante a audiência, segundo informações da assessoria de comunicação da Assembléia Legislativa, ficou claro que todos vêem como necessária uma reforma no ensino superior do País. Mas quanto à abrangência e ao formato do projeto, houve uma divisão. De um lado ficaram as universidades públicas e os docentes e de outro as faculdades privadas.

Representando a Contee, José Almeida considera fundamental o fato de o projeto "colocar o Estado como regulador do mercado e indutor do desenvolvimento e inclusão social". Na mesma linha, representantes do Cpers-Sindicato, da Adufrgs e do Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) apóiam pontos como a caracterização da educação como bem público, a autonomia universitária, o financiamento público e uma maior democratização na gestão de instituições privadas. Já o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado do RS (Sinepe/RS), Osvino Toiller, defende a educação como livre iniciativa. "O projeto do MEC esconde um viés estatizante com o qual não concordamos", frisou.

A deputada Jussara Cony (PC do B) ressaltou os aspectos democráticos que envolvem a discussão da reforma e disse que ela traz à tona o debate sobre os destinos do País. As políticas afirmativas e de cotas, que devem ser contempladas no projeto, foram elogiadas pelo deputado Edson Portilho (PT), defensor da causa. Ele informou que a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) vem obtendo bons resultados com a implantação do sistema. Para o deputado Ruy Pauletti (PSDB), o projeto do MEC continua cartorial, "mantém uma disputa entre o quê é público e privado", quando a finalidade da universidade é produzir e socializar conhecimento.

• • • • • Gil Vicente Reis de Figueiredo • • • • •

"O Proifes não representa uma saída da Andes"

Gil Vicente Reis de Figueiredo é engenheiro graduado pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e doutor em matemática pela Universidade de Warwick, na Grã-Bretanha. Trabalhou com matemática aplicada à biociências na Universidade de Sussex e antes de se fixar na Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), onde leciona até hoje, passou pelas universidades de São Paulo (USP) e Brasília (UnB). Na Ufscar exerceu o cargo de pró-reitor de Planejamento e Administração e foi um dos fundadores e primeiro presidente do Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração das Instituições Federais de Ensino Superior. Atualmente preside pela segunda vez a Associação de Docentes

da Ufscar (Adufscar) e o Fórum de Professores das Ifes (Proifes), lançado em novembro de 2004.

O sindicalista esteve em Porto Alegre nos dias 6 e 7 de abril, onde participou de uma discussão sobre o Anteprojeto de Reforma do Ensino Superior promovido pela CUT/RS e ministrou uma palestra na Ufrgs sobre o Proifes. Nessa entrevista, ele conta como surgiu o Proifes e como tem sido sua participação na mesa de negociação do MEC e no debate da Reforma Universitária. Lamenta a ausência da Andes nesse processo e nega a intenção do Fórum de transformar-se em Sindicato Nacional, como temem muitos professores.

por Maricélia Pinheiro

Adverso | O senhor acredita que o debate que vem sendo feito sobre a Reforma Universitária e do qual o Proifes tem participado pode ser conduzido de uma forma satisfatória?

Gil Vicente Reis de Figueiredo

O debate em si mesmo vai contribuir com o processo. Mas o que pode de fato alterar o resultado final da Reforma do Ensino Superior é a pressão popular. Isso se daria com a mobilização de vários setores, não só da comunidade universitária. E quando falo comunidade universitária eu me refiro a professores, estudantes, funcionários e academias. O debate tem que envolver também os movimentos sociais, como Movimento dos Sem-Terra, Movimento dos Sem-Universidade e os demais. Desse processo de mobilização de todos esses setores nós esperamos que resulte um amplo consenso em determinadas questões que consideramos



"O que pode de fato alterar o resultado final da Reforma do Ensino Superior é a pressão popular. Isso se daria com a mobilização de vários setores, não só da comunidade universitária"

básicas, como, por exemplo, a garantia de financiamento e o tratamento do ensino como bem público. De forma que, a partir desses princípios e posições consensuais, possamos pressionar o Congresso Nacional de um lado e, através de um movimento de massa, inclusive com manifestações de rua, conseguir mudar a correlação de forças e obter um bom resultado final.

Adverso | Como o senhor avalia o isolamento da Andes em decorrência das decisões do último Congresso?

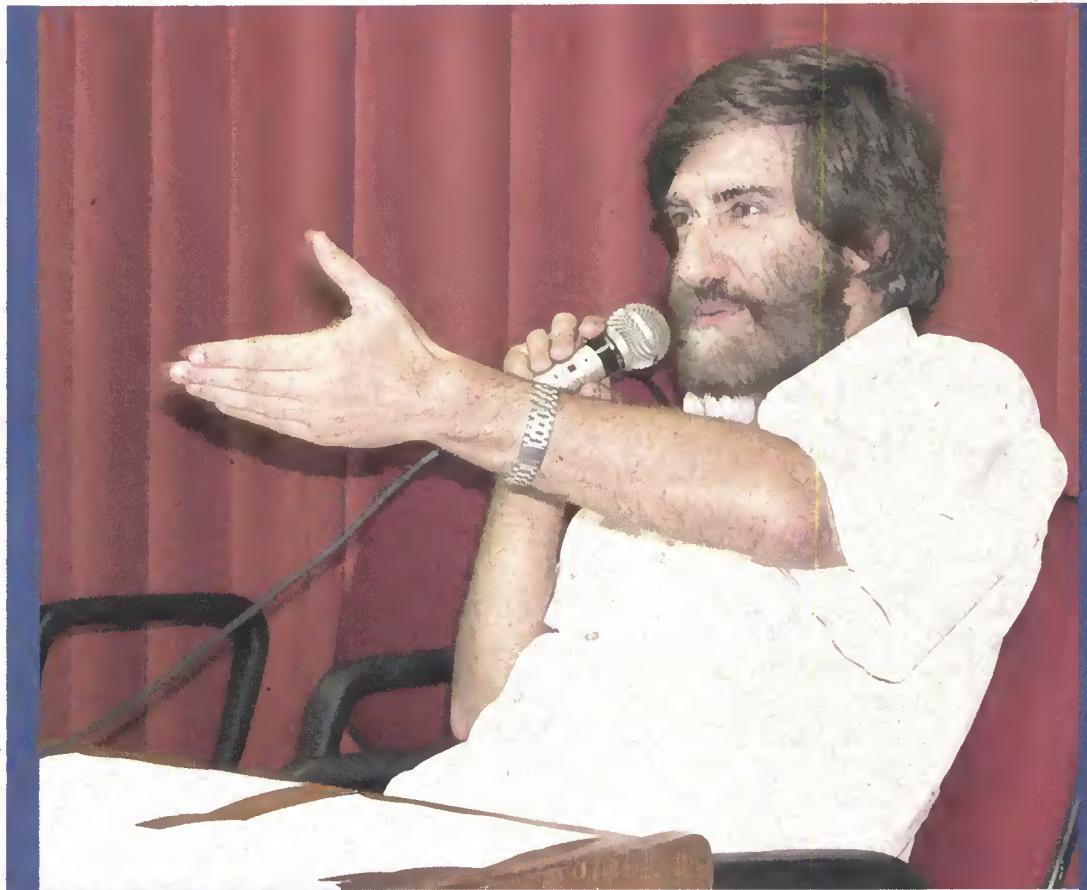
Gil Vicente | A Andes vem se isolando, em função das decisões do último Congresso e da postura que tem tomado há algum tempo, quando se nega a discutir a regulamentação do artigo 207 da Constituição Federal que trata da autonomia universitária. Então, esse isolamento em que está inserida, eu diria até

enclausurada, faz com que fique totalmente alheia ao debate que está se travando. A posição da Andes de não debater a Reforma Universitária, apenas barrá-la, acaba se somando à posição do setor privatista, que defende que a Reforma tem que ser jogada na lata do lixo sem ser sequer discutida. A Andes, ao se colocar fora do debate, como fez na Reforma da Previdência, será um ator político marginal no processo de discussão que acontece. Isso é uma lástima, porque essa não é a vontade da imensa maioria dos docentes das universidades brasileiras, que certamente gostariam que seu sindicato representativo estivesse presente no debate.

Adverso | O que se tem discutido no Grupo de Trabalho do MEC (GT MEC), do qual o Proifes faz parte?

Gil Vicente | O GT MEC tem como objetivo discutir três grandes temas: estrutura salarial dos docentes da Ifes (Instituições Federais de Ensino Superior), avaliação individual dos professores e paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. Compõem o GT MEC, além do próprio MEC, a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), a Andifes (Associação dos Dirigentes das Ifes), a Andes e o Proifes, representado por mim e pelo professor Robson (Robson Mendes Matos, vice-presidente do Proifes), da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

A participação do Proifes no GT tem sido orientada por uma consulta eletrônica, especialmente direcionada para os temas em discussão. Registraramos 2.248 respostas, cujo resultado majoritário vem sendo defendido nas reuniões do GT. Em relação à paridade, não só o Proifes, mas também as demais entidades e até o próprio governo reconhecem que não há razão para a diferença salarial entre aposentados, pensionistas e o pessoal da ativa. Os professores aposentados não tiveram a oportunidade de serem submetidos à avaliação proposta pela GED (Gratificação de Estímulo à Docência), portanto, conceder-lhes apenas 60% dessa gratificação é uma injustiça. É consenso no GT que a integralidade da GED seja imediatamente estendida a todos os aposentados e pensionistas.



"O Proifes é um fórum de professores que tem dois eixos fundamentais de atuação. Um deles é o debate das grandes questões nacionais, entre elas está a Reforma do Ensino Superior. O outro é a representação dos docentes, o que não faz do Fórum um sindicato. O Proifes é uma associação"

No que diz respeito à avaliação, a nossa compreensão é que a GED não mais responde pela proposta de avaliar os professores. Na verdade, a GED foi criada como uma alternativa ao processo de ajuste salarial. Uma alternativa equivocada porque atrela o salário docente a uma certa avaliação. Todas as entidades que participam do GT consideram que o papel da GED está esgotado, que ela não contribui mais para qualquer avaliação no sentido que a gente entende como positivo e devido. A proposta, que tem acolhimento no próprio governo, é extinguir a GED. Nós defendemos uma avaliação individual séria, que seja compatível com a avaliação institucional e que ambas façam com que a universidade possa cumprir o seu papel no novo projeto de país, que inclui produção de conhecimento de forma autônoma e independente, que leve o nosso país para cada vez mais próximo do de-

senvolvimento científico e tecnológico. A universidade tem também um papel fundamental na formação de professores e de recursos humanos qualificados, além de, junto com todo o sistema de ensino, promover a inclusão social do cidadão, na medida que fornece a todos, os meios e a capacidade crítica para que estes exerçam a cidadania plena. Nesse contexto, nós entendemos que a avaliação individual do professor deve levar em conta a contribuição nas três dimensões do trabalho acadêmico, que são ensino, pesquisa e extensão. A partir daí deve haver uma vinculação dessa avaliação, feita da forma mais séria possível, ao processo de progressão da carreira.

Finalmente, em relação à estrutura salarial dos professores das Ifes, nós defendemos diversos eixos. O primeiro deles é o retorno do mecanismo dos anuênios, suspenso há alguns anos. Este

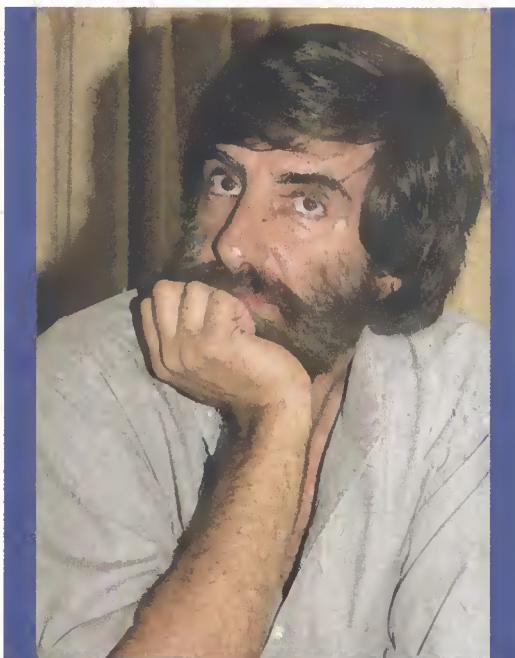
"É consenso no GT MEC que seja imediatamente estendida a todos os aposentados e pensionistas a integralidade da GED. As entidades que participam do GT consideram que o papel da GED está esgotado, que ela não contribui mais para qualquer avaliação no sentido que a gente entende como positivo e devido"

é um mecanismo interessante porque premia com 1% ao ano os professores, por sua experiência acumulada ao longo dos tempos. Achamos que deve haver a incorporação das gratificações e sabemos das dificuldades, por isso é preciso ter flexibilidade e entrar no processo negocial com o governo e, eventualmente, obter essa incorporação de forma parcelada. Mas achamos que a incorporação não é mecanismo fundamental para ser assumido, porque ele beneficia de forma muito diferenciada os professores mais antigos e não traz qualquer vantagem para os mais jovens. Estamos propondo um mecanismo que incentive a progressão da carreira, no sentido de trazer mais vantagens para o professor quando este se torna mestre ou doutor. A atual estrutura prevê, incentivando a quem tem aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado. Nós defendemos, além do programa de incentivo, que a médio e longo prazo, o governo adote uma política global de recuperação das perdas salariais para todos os servidores públicos federais, especialmente os professores universitários. Basicamente são esses os principais itens sobre a recuperação da malha salarial docente.

Adverso | O que é o Proifes? A nova entidade significa a saída da Andes?

Gil Vicente | O Proifes não representa uma saída da Andes. Há um grupo de professores absolutamente descontente com os rumos que a Andes vem tomando, por entender que, por um lado, a Andes não tem defendido os interesses espe-

cíficos dos docentes e os interesses da universidade como um todo e, de outro, tem respondido cada vez mais a políticas que emanam de partidos organizados na sociedade brasileira. Muitos professores consideram que a Andes deveria ter um papel verdadeiramente de sindicato, representativo dos docentes e de seus interesses particulares, evidentemente inseridos nos interesses gerais da sociedade brasileira e dos diversos atores que participam dela. A compreensão é de que a Andes tem se afastado progressivamente e que não vem representando os professores. Isso se deu em greves passadas, em que foram colocados objetivos absolutamente descompassados com a realidade, como reajustes lineares de 70%, 80%, e se lateralizou as demandas particulares dos professores, especialmente aquelas que dizem respeito ao seu trabalho diário na academia, nas salas de aula. Por esse conjunto de fatores que mencionei é que existe essa compreensão. Muitos desses professores descontentes achavam que se devia abandonar a Andes e fundar outra instituição. Particularmente o Proifes não vem nessa direção. O Proifes é um fórum de professores que tem dois eixos fundamentais de atuação. Um deles é o debate das grandes questões nacionais, entre elas está a Reforma do Ensino Superior. O Proifes tem participadoativamente dessas discussões, enquanto a Andes se retirou do cenário. Nós consideramos que os professores precisam de um canal de expressão e o fórum vem suprir essa falta. Um outro ângulo de atuação do Fórum é na representação dos docentes, o que não faz do Proifes um sindicato. O Proifes é uma associação. Existem



outros fóruns como o Fórum das Seis, que engloba as universidades estaduais paulistas, que negocia com o Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas) sem nenhum problema. É um fórum que existe dentro da Andes há muito tempo, nunca foi questionado e não é um sindicato. Portanto, essa prática de negociar nos setores específicos não é nova. E foi para isso que surgiu o Proifes que, ao contrário do que dizem, não veio para colaborar com o desfacelamento do sindicato nacional, que aliás tem sido muito facilitado pela atuação desastrosa das últimas direções da Andes. Ele tem contribuído para destensionar, porque os docentes pelo menos agora têm um fórum de professores das Ifes como um canal de expressão e debate das questões de interesse da categoria.

Adverso | Quais são os critérios de filiação ao Proifes?

Gil Vicente | Podem se filiar associações sindicais que congregam os professores das Ifes e também pessoas físicas. É importante salientar que todas as associações que se filiaram ao Proifes, entre elas está a Adufscar da qual faço parte, assim o fizeram após decisão de assembleia, com a grande maioria favorável. Também qualquer professor de Ifes que quiser pode se filiar individualmente, basta preencher o formulário disponível na página do Proifes (www.proifes.org.br).

UFRGS

Adufrgs apresenta reivindicações à Administração Central

No dia 5 de maio, a diretoria da Adufrgs reuniu-se com o reitor da Ufrgs, José Carlos Ferraz Hennemann, para tratar de questões pertinentes que envolvem interesses dos professores e da universidade.

A reunião foi considerada proveitosa por ambas as partes e deverá ter vários desdobramentos futuros, para dar continuidade às discussões dos temas já abordados e outros.

No encontro, a Adufrgs apresentou uma série de reivindicações, entre elas a extensão administrativa da URP 89 para os professores que não recebem este ganho judicial. Segundo o presidente da Adufrgs, Eduardo Rolim de Oliveira, cerca de 50% dos docentes da Ufrgs não recebem o adicional de 26% relativo à URP. Outro ponto colocado em discussão foi a atual situação dos professores celetistas e substitutos, que por não receberem GED (Gratificação de Estímulo à Docência) ou GEAD (Gratificação Específica de Atividade Docente) não tiveram nenhum reajuste salarial em 2004.

A diretoria da Adufrgs reivindicou ainda o pagamento das FGs (Funções Gratificadas) e CDs (Cargos de Direção) aos chefes de departamento e coordenadores de comissão, que não recebem es-

tas gratificações. Sobre essas questões a Administração Central explicou que há limitações de ordem legal às quais está submetida e garantiu que a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) vem tratando do tema junto ao Governo Federal. A política de saúde da Ufrgs e a posição da Andifes no GT MEC com relação à campanha salarial 2005 também estiveram em pauta.

Entre outras questões de ordem operacional discutiu-se ainda o acesso de docentes aposentados às bibliotecas da Ufrgs, para retirada de livros, o pagamento dos valores atrasados da GID (Gratificação de Incentivo à Docência) de 2003 e a infraestrutura, no que diz respeito às condições de funcionamento das aulas e sinalização nos Campi.

A diretoria da Adufrgs informa que a Administração Central já tomou as primeiras providências e que a associação irá acompanhar de perto o desenrolar das solicitações encaminhadas.

TRABALHO ESCRAVO

Exemplo positivo

Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), lançado em Brasília no dia 11 de maio, aponta o Brasil como um dos países que mais combate o trabalho escravo.

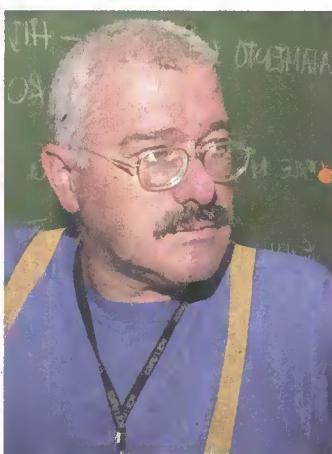
O projeto que vem sendo desenvolvido desde 2002 integra o Programa de Ação Especial para combater o Trabalho Forçado. Em contraponto, o atual presidente da Câmara Federal, deputado Severino Cavalcanti (PP/PE), gerou polêmica ao dizer que o governo precisaria rever os conceitos de trabalho escravo, pois o rigor aplicado pela fiscalização estaria aumentando o desemprego no campo.

A Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1930, define o trabalho forçado como "todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente." A mesma convenção, ratificada por 165 dos 178 países membros da OIT, proíbe este tipo trabalho, ainda assim o estudo divulgado revela que 12,3 milhões de pessoas vivem sob um regime de coerção e falta de liberdade, sendo que 77% estão na Ásia e a maioria é formada por mulheres e crianças.

Fotos Clarissa Pont

Conselho elege presidente e secretária

Os professores Carlos Schmidt, da Faculdade de Ciências Econômicas, e Maria da Graça Saraiva Marques, do Colégio de Aplicação foram eleitos, respectivamente, presidente e secretária do Conselho de Representantes da Adufrgs. A eleição aconteceu no dia 13 de abril, quando também iniciaram as atividades do Conselho. A diretoria da Adufrgs deseja que os mesmos tenham uma gestão cheia de êxitos nos propósitos comuns que norteiam a entidade.



Segurança Alimentar

Docentes podem se engajar no combate à fome

Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Consea) busca nas universidades pessoas comprometidas com a erradicação da insegurança alimentar no Brasil. A fome e a obesidade clamam por esse comprometimento cidadão. Na Ufrgs, os professores aposentados Edni Oscar Schroeder e Miguel Medeiros Montaña, que já se juntaram ao movimento, convocam os colegas docentes a participar. Na página ao lado, uma lista com princípios e diretrizes pode orientar os interessados na escolha da área em que desejam atuar e, em breve, a Adufrgs deve promover um encontro para detalhar o assunto e articular ações.

Para o professor Edni Schroeder, os cursos acadêmicos deveriam abordar mais os aspectos sociais, cada um em sua área de atuação, com o propósito de formar profissionais com teoria e práticas compatíveis com as necessidades do povo da nossa terra. Necessitamos de mais médicos comunitários, nutricionistas comunitários, engenheiros comunitários, advogados comunitários, filósofos comunitários... Ele exemplificou com o fato de que muitos profissionais graduados aprendem apenas a indicar o que se deve, por exemplo, comer em condições idealizadas, sem levar em conta a forma de produção, comercialização e consumo dos alimentos aos quais a pessoa tem acesso. Quanto à universidade, esta poderia ajudar muito, na opinião de Edni Schroeder, se produzisse mais pesquisas de cunho social nas áreas que envolvem segurança alimentar e saneamento básico e outros aspectos que contribuam com a saúde coletiva.

Embora o Brasil seja um dos maiores produtores de alimento do mundo, uma parcela significativa da população não tem acesso aos alimentos básicos necessários. Estima-se que, atualmente, 44 milhões de pessoas em todo o País encontram-se nesta situação. Desse total, 19% estão nas regiões metropolitanas, 26% nas áreas urbanas não-metropolitanas e 46% nas áreas rurais. Vale ressaltar que 64% dos chefes das famílias vulnerá-

veis à fome são de cor parda ou preta e que os 10% mais pobres recebem 0,9% da renda nacional, enquanto os 10% mais ricos ficam com 47%.

Segundo documentos do Consea, "o perfil nutricional da população brasileira é marcado pela co-existência de doenças relacionadas a quadros de carência, como desnutrição, anemias e deficiências de vitaminas; doenças provocadas pelo excesso de alimentos como sobrepeso, obesidade, diabetes e hipertensão arterial". Diz ainda o documento que "as transformações no estado nutricional da população brasileira ao longo das últimas décadas podem ser analisadas a partir de levantamentos como o Estudo Nacional de Despesa Familiar (Endef) realizado em 1974/1975 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN)/1989, a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS)/1996 e a Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV)/1997, realizada no Nordeste e Sudeste".

A partir desses dados é possível constatar que, em relação



Arte sobre foto de Rogério Rei

Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional

A Construção de uma Política de Segurança Alimentar

O que é segurança alimentar e nutricional (SAN), suas dimensões e as condições para construir uma política de SAN no Brasil.

O Direito Humano à Alimentação

A definição desse direito no plano internacional e no Brasil e os instrumentos para garantir sua efetivação.

Sistema Agroalimentar Mundial, Organismos e Acordos Internacionais

O impacto do comércio internacional no sistema agroalimentar e a importância de garantir a soberania alimentar.

Componentes de Segurança Alimentar e Nutricional em um Plano Nacional de Reforma Agrária

A interdependência entre SAN e reforma agrária e garantia de acesso à terra para as famílias rurais, populações indígenas e comunidades quilombolas.

Políticas de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo

Seu papel numa estratégia de desenvolvimento sustentável que englobe os objetivos da SAN.

Recursos Genéticos, Sementes e a Questão dos Transgênicos

A importância da preservação dos recursos genéticos e riscos atuais. Debate: argumentos contra e a favor dos transgênicos.

Acesso e Uso dos Recursos Naturais e da Água

As estreitas relações entre preservação ambiental, o desenvolvimento sustentável e as políticas de SAN.

Abastecimento Alimentar e Agricultura Urbana

As condições de acesso aos alimentos pelos diversos segmentos da população e seu papel nas políticas de SAN.

às crianças entre 1 e 4 anos, há um declínio na prevalência de retardos de crescimento de 34,3%, em 1975, para 11,4%, em 1996. Em relação aos adultos, observa-se uma redução da prevalência de baixo peso e, ao mesmo tempo, um aumento significativo da obesidade em todo o País. O sobre peso e a obesidade ainda atingem mais as mulheres e a população com maior renda. No entanto, vêm crescendo de forma considerável nas populações mais pobres. Isso devido aos excessos no consumo de alimentos ricos em gorduras e açúcares e ao sedentarismo.

Ainda de acordo com a documentação disponível, "o mo-

Programas de Complementação de Renda e de Suplementação Alimentar

Políticas públicas e programas emergenciais para enfrentar a pobreza e a insegurança alimentar.

Mutirões, Coleta e Doação de Alimentos e Ações em Situações Emergenciais

As formas de ação emergencial e sua contribuição às políticas públicas de SAN.

Ações de Promoção e Vigilância em Saúde e Nutrição

Sua importância para a construção de uma política de SAN, o que vem sendo feito e o que falta fazer.

Alimentação e Educação Nutricional nas Escolas e Creches

O ambiente escolar e a promoção de práticas alimentares saudáveis para as crianças e a comunidade.

Cultura Alimentar

Alimentação como aspecto da identidade cultural dos povos e a necessidade de preservar sua diversidade.

Alimentação e Promoção de Modos de Vida Saudáveis

Práticas alimentares saudáveis: princípios, determinantes e políticas públicas.

Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional

A construção de instrumentos para avaliar e monitorar a situação de SAN, as ações e os programas implantados.

Participação Social nas Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional

A participação da sociedade civil e a construção de fóruns representativos para o controle social das políticas de SAN.

Institucionalidade das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional

A construção de canais institucionais que viabilizem a SAN como estratégia de desenvolvimento construída socialmente.

de lo predominante de produção de alimentos favorece a disponibilidade destes produtos e uma uniformização das práticas alimentares, que estão relacionadas com as transformações culturais determinadas por processos como a urbanização acelerada; longas distâncias entre casa e trabalho; pouco tempo para as refeições e excesso de trabalho devido à alta competitividade dos mercados, entre outros. Esse contexto favorece refeições rápidas e um maior consumo de alimentos processados e pré-preparados, reforçado pelo marketing das empresas".

COMBUSTÍVEL

QUALIDADE CONTROLADA por laboratório da Ufrgs



Controle feito pela Ufrgs reduziu de 27% para 2% o índice de fraude de combustível no RS

Desde 1999, o Instituto de Química da Ufrgs trabalha cotidianamente no controle da qualidade do combustível que é vendido no Rio Grande do Sul. O constante avanço das pesquisas na área e a dedicação dos profissionais envolvidos no projeto reduziram o índice de fraude de 27% para 2%, o menor registrado em todo o País.

O desafio agora é o desenvolvimento de biocombustíveis e biolubrificantes, que começa em breve com a inauguração de um novo prédio no Campus do Vale, construído para abrigar o Centro dos Combustíveis, Biocombustíveis, Lubrificantes e Óleos em Geral (Cecom-IQ/Ufrgs).

Todos os dias, profissionais envolvidos no Projeto Monitoramento da Qualidade de Combustíveis comercializados no Rio Grande do Sul vão a campo em busca de amostras de gasolina, álcool e óleo diesel. Eles visitam postos de todo o estado, chegam sempre sem avisar e voltam para os laboratórios do Instituto de Química da Ufrgs para analisar o material coletado. É um trabalho contínuo, que tem garantido combustível de qualidade ao consumidor gaúcho.

O envolvimento da Ufrgs começou em 1999, quando a Petrobras deixou de controlar a distribuição de combustível no Brasil e a tarefa foi repassada à Agência Nacional do Petróleo (ANP). Treze universidades brasileiras, sendo 12 públicas

e uma comunitária, foram capacitadas para trabalhar no monitoramento da qualidade dos combustíveis, que a essa altura apresentavam altos índices de não-conformidade em todo o País.

No Rio Grande do Sul o desafio foi delegado ao Instituto de Química da Ufrgs, depois de ser atestado pela ANP e pelo Ministério de Minas e Energia como qualificado e capaz. O projeto, encabeçado pelos professores Dimitrios Samios, Renato Cataluña e Clarisse Piatnicki, não contava com uma infraestrutura no início, mas recebeu todo o apoio da Administração Central da Ufrgs e da Faufrgs, que cedeu crédito financeiro para aquisição de equipamentos específicos.

A equipe contratada foi submetida a programas de treinamento, encontros com professores de outras universidades do Rio Grande do Sul e técnicos da Ipiranga e da Refinaria Alberto Pasqualini. Paralelamente, a realização do projeto Qualicom-RS permitiu uma cooperação

Fotos Clarissa Pont



NOVO DESAFIO

Com a inauguração das novas instalações do Cecom-IQ/Ufrgs, a produção de pesquisas na área de biocombustíveis e biolubrificantes deve alavancar. De acordo com Dimitrios Samios, o Brasil é pioneiro na produção de biocombustíveis e, a partir do Protocolo de Kioto, tem se empenhado em desenvolver tecnologias que viabilizem esse trabalho, dentro da lógica da transferência da matriz energética do petróleo para os bioproductos. A vasta extensão territorial brasileira permite uma larga produção de sementes oleaginosas, que são a principal matéria prima dos

biocombustíveis e biolubrificantes.

Segundo o professor, o laboratório do Cecom (Labcom) é um dos primeiros no Brasil criado de acordo com a norma NBR ISO/IEC 17.025, o que significa que os laudos que emitir serão aceitos em todos os países que constituem a Organização Mundial do Comércio (OMC). Além de promover o desenvolvimento tecnológico, o Cecom irá criar novas oportunidades de trabalho através de sua incubadora. Esse novo passo, explica Samios, irá garantir à Ufrgs, em um futuro próximo, o controle do petróleo bruto que entra no estado.

com o Instituto de Informática da Ufrgs e com as universidades de Santa Maria, Passo Fundo e Ijuí e a Escola Técnica de Pelotas, o que resultou na criação de uma rede de laboratórios na área de estudo. Segundo o professor Dimitrios Samios, esta foi a primeira ação que permitiu a formação de competência técnico-científica de combustíveis em universidades do Rio Grande do Sul.

Samios ressalta que a idéia principal que norteia o projeto é baseada na excelência acadêmica e na prestação de serviço à sociedade, o que é evidenciado na interação com o Ministério Público, com o sindicato de distribuidores de combustíveis, com as refinarias do estado e com a Companhia do Polo Petroquímico do Sul (Copesul).

ACONTECE

Sobre posições



Fica em cartaz até o dia 29 de maio, no quarto andar da Usina do Gasômetro, a mostra "Sobre Posições", que reúne 20 fotografias em cor e p&b, produzidas em 2004 por alunas do Instituto de Artes da Ufrgs e aprovadas na seleção da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre. A entrada é franca e as visitações podem ser feitas de terças a domingos, das 9h às 20h. A Usina do Gasômetro fica na Avenida Presidente João Goulart, 551.

China no Brasil

A convite do Instituto de Letras e da Secretaria de Relações Internacionais, o professor Zhao Hengzhi Zhao veio de Beinjing, antiga Pequim, para ministrar aulas de mandarim na Ufrgs. Sua vinda marcou o início da cooperação acadêmica entre a Ufrgs e a China e este é o primeiro semestre que o idioma está sendo oferecido pelo Núcleo de Línguas Estrangeiras (Nele).

Este espaço foi criado para mostrar o cotidiano nos campi da Ufrgs e os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores na universidade. Envie sugestões de temas e questões que envolvam a comunidade universitária

Docentes negociam com o MEC o fim da GED

A polêmica Gratificação de Estímulo à Docência (GED), instituída após a greve de 1998, pode ser extinta. Esse é o ponto de maior consenso entre as partes que compõem o GT MEC, que entendem o mecanismo de avaliação da GED como ineficaz. Os docentes querem que a gratificação seja incorporada ao salário-base e propõem que seja criado um novo sistema de avaliação.

por Maricélia Pinheiro

O governo prometeu apresentar um cronograma de incorporação gradativa no dia 10 de maio, quando o grupo voltaria a se reunir, mas o encontro foi cancelado em virtude da reunião da Cúpula América do Sul-Países Árabes, que parou Brasília. Até o fechamento desta edição não havia sido definida uma nova data para a reunião.

Desde que foi instituído o GT MEC, em dezembro de 2004, vários temas referentes à docência vêm sendo discutidos. O grupo é formado por representantes do Ministério da Educação (MEC), Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), Associação Nacional de Dirigentes das Ifes (Andifes) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Entre as principais reivindicações, além da extinção da GED, está a extensão da mesma aos aposentados, dentro do prin-

cípio de paridade defendido pelo Movimento Docente, e a reposição das perdas salariais. Andes e Proifes discordam entre si em alguns pontos, mas no geral as pautas têm a mesma essência, embasada nas bandeiras históricas de luta. Segundo o presidente



do Proifes, Gil Vicente Reis de Figueiredo, a Andes não concorda, por exemplo, com o aumento do incentivo à titulação, ponto defendido pelo Fórum, e com a criação de mais um degrau na carreira, entre adjunto e titular.

Segundo relato da presidente da Andes, Marina Barbosa Pinto, logo na primeira reunião houve consenso com relação à extinção da GED, assim como a sua ineficácia como instrumento avaliativo. Na segunda, o grupo avançou no tema paridade entre ativos e aposentados. Quanto à carreira, Marina disse que o MEC sugeriu que seja tratada no âmbito da Reforma Universitária, o que ela acredita ser uma estratégia arriscada. No encontro cancelado seriam discutidas a avaliação e a incorporação das gratificações. Mas, segundo Marina, o governo já adiantou que não será possível incorporar a GED, mas substituí-la por outra gratificação e incorporá-la de forma gradativa.

Ela lembrou que o Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais (Sinasefe), ao qual estão ligados muitos professores de 1º e 2º graus, conquistou no ano passado o fim da gratificação produtivista e a paridade. Quanto aos reajustes, a Andes pede 18% de imediato e a implantação de uma política salarial que contemple a recuperação gradativa dos salários e a recomposição anual da inflação. No entanto, segundo Marina, o MEC informou que qualquer tipo de reajuste dos servidores públicos federais deve ser negociado diretamente com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

A recuperação da malha salarial dos docentes é vista também pelo Proifes como de extrema importância. Em documento publicado na página eletrônica do Fórum, a direção diz que "o aperfeiçoamento da estrutura salarial dos docentes tem que ser equacionado levando-se em conta múltiplos aspectos". Um deles seria o incentivo à capacitação e à progressão na carreira por mérito acadêmico.

O texto ressalta a reimplementação dos anuênios como forma de valorizar a experiência adquirida ao longo de anos de trabalho, e ainda a incorporação, ao salário-base, das gratificações. Os representantes do Proifes reivindicam reajuste imediato de 7,9%, para repor a inflação de 2004, e querem que o governo discuta uma política salarial de mais longo prazo, que seja capaz de recompor, aos poucos, o poder aquisitivo dos docentes.

Segundo informações oficiais do MEC, o GT vai tratar somente de ações imediatas para a melhoria salarial dos docentes. A criação imediata da classe de professor associado só será discutida após o tema carreira. Quanto à avaliação interna, o MEC sugere que esteja relacionada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a externa já estaria sendo tratada pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes).

Indicativo de greve

Servidores Públicos Federais (SPFs) prometem parar no dia 2 de junho, em protesto aos 0,1% de aumento proposto pelo governo federal. No dia 18 de maio, definido como Dia Nacional de Luta em todo o País, aconteceram paralisações, marchas e atos públicos. Um dia antes, líderes sindicais foram recebidos pelo secretário de Recursos Humanos do MPOG, Sérgio Mendonça, em resposta à pauta de reivindicações dos SPF, protocolada no dia 3 de maio (ver quadro na página 16).

Segundo relatório da reunião enviado pela Andes à Adufrgs, o secretário afirmou que o governo já sinalizou sua posição; mas que seria possível evoluir no processo. Além dos 0,1% de reajuste, exigência legal, o governo estaria disposto a discutir uma política de reajuste diferenciado por categoria. Mendonça adiantou que não está previsto aumento para repor a inflação, uma vez que não haveria orçamento para isso, e informou que a expansão com gasto de pessoal este ano é de R\$ 8,6 bilhões, incluindo o cumprimento dos acordos fechados nas negociações do ano passado.

Quanto aos prazos, o relatório da Andes diz que o secretário garantiu que vai trabalhar para apresentar uma proposta até o final de junho e "sinalizou que a recomposição diferenciada não pode ser feita concomitante com a recomposição de perda geral". Sobre a paridade entre ativos e aposentados, Mendonça afirmou que a solução é "pesada" e deve ser tratada junto ao Congresso Nacional. Informado sobre a possibilidade de paralisação a partir de 2 de junho, o secretário respondeu que "a greve é instrumento do trabalhador e que o momento de utilizá-lo dever ser definido pelas entidades".

Assembléia

Reunidos em assembléia no dia 17 de maio, professores da Ufrgs decidiram não discutir a possibilidade de greve enquanto os servidores estiverem negociando com o governo. Os docentes aprovaram a pauta unificada dos SPF e uma específica da categoria, com base na elaborada pelo Proifes e que vem sendo negociada junto ao MEC.

Um dos adendos aprovados na assembléia da Adufrgs diz respeito à incorporação gradativa das gratificações. O Proifes reivindica a incorporação em três parcelas (junho/2005, dezembro/2005 e junho/2006), mas a maioria dos presentes votou pela incorporação imediata. Outro ponto que gerou polêmica foi o percentual de reajuste emergencial, uma vez que a pauta unificada dos SPF pede 18% e a do Proifes pede 7,9% mais aumento nos adicionais de titulação. Diante do impasse, a assembléia decidiu retirar o item que reivindica 7,9%.

Manifestações isoladas de repúdio ao Proifes tumultuaram um pouco a assembléia, dificultando, em alguns momentos, o andamento do debate e das votações. A diretoria da Adufrgs não tem uma posição oficial quanto à filiação da entidade ao Fórum, mas pretende promover um debate entre os docentes para decidir essa questão em assembléia. Os professores aprovaram também a publicação de uma nota de repúdio ao aumento de 0,1% anunciado pelo governo e um dia de paralisação em protesto.



PAUTAS DE REIVINDICAÇÕES

Servidores Públicos Federais (SPFs)

1. Recomposição geral de todas as perdas de 1995 a 2004. Índice emergencial de 18% (inflação de 2003 e 2004), a título de antecipação parcial da recuperação dos rendimentos dos servidores
2. Incorporação de todas as gratificações
3. Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas
4. Implantação das Diretrizes de Planos de Carreira
5. Proposta de política salarial com:
 - Data-base em 1º maio
 - Reposição anual do índice inflacionário de acordo com o ICV-DIEESE
 - Incremento salarial agregado ao índice inflacionário
 - Estabelecimento de uma política de correção das distorções ocorridas entre e intracategorias
6. O estabelecimento prévio da inclusão no orçamento do montante financeiro necessário ao reajuste para repor a inflação do ano anterior

Específica dos docentes

1. Ampliação, emergencial, dos incentivos à titulação, que passariam a ser:
 - Aperfeiçoamento - 10%
 - Especialização - 20%
 - Mestrado - 40%
 - Doutorado - 80%

Este aumento não prejudicará a discussão de uma nova Carreira para os docentes das IFES

2. Criação imediata da categoria de professor associado, entre adjunto e titular, sem prejuízo de posterior debate e implantação de nova carreira docente

3. Re-implantação do mecanismo de anuênios
4. Incorporação integral da GAE, GED e GEAD
5. Definição de política salarial, de forma a recompor o poder aquisitivo dos professores e a reposição gradativa das perdas impostas ao longo dos últimos anos
6. Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas
7. Concessão da GED plena a aposentados e pensionistas, a partir de jan/2005

PLENÁRIA NACIONAL DA CUT Reforma Sindical monopoliza debates

A Reforma Sindical foi o principal tema da 11ª Plenária Nacional da CUT, que aconteceu de 10 a 13 de maio, em São Paulo. O encontro reuniu cerca de 600 delegados de mais de 3 mil entidades sindicais filiadas à CUT. "A Reforma ainda não é a que queremos mas se conseguirmos fortalecer a organização sindical dentro do local de trabalho, já será um avanço" avalia Luiz Marinho, presidente nacional da CUT. Participaram da cerimônia de abertura, além dos sindicalistas, representantes de movimentos sociais, políticos, entidades nacionais e internacionais.

Entre as críticas ao projeto da Reforma Sindical está a manutenção da unicidade disfarçada nos sindicatos exclusivos; as restrições ao direito de greve; o poder do Estado na outorga das permissões para o funcionamento das entidades sindicais; a exclusão de regulação dos funcionários públicos da proposta; a criação dos sindicatos biônicos e a necessidade de comum acordo entre trabalhadores e empregadores para a resolução de conflitos na justiça.

As discussões englobaram outros temas como a redução da jornada de trabalho sem a redução do salário mínimo.

Em Porto Alegre, a Plenária Estadual aconteceu nos dias 15 e 16 de abril, quando ficou decidido que a CUT vai trabalhar no sentido de reforçar as mobilizações pela mudança da política econômica, promovendo debates entre os trabalhadores e desenvolvendo uma luta de idéias na sociedade. No Rio Grande do Sul, a ação da CUT deve se concentrar no combate às políticas aplicadas pelo governo do estado que privilegiam as grandes empresas e atacam o serviço público.

A Plenária, aberta com uma análise de conjuntura que contou com a colaboração do professor da Ufrgs Paulo Vizentini, reuniu 348 delegados, representando 133 sindicatos, federações e confederações. Em seu discurso, Vizentini frisou que se a esquerda não entender o momento histórico que está vivendo abrirá espaço para o fortalecimento de outras forças. Para o professor, o governo federal tem avançado na construção da unidade dos países latinoamericanos e na criação de um plano mundial para se combater a fome e a pobreza.



MOSTRA INOVA

Ufrgs revela talento e inovação

por Nara Branco

Fotos Clarissa Pont

Pesquisadores da Ufrgs de todas as áreas do conhecimento apresentaram projetos durante a Mostra Inova Ufrgs - Feira de Inovação Tecnológica, realizada de 11 a 14 de maio, na Reitoria da Ufrgs.

A mostra, de pesquisa e pós-graduação, envolveu professores e alunos em nível de mestrado e doutorado, pesquisadores e graduandos. Os trabalhos, expostos em 38 estandes e 191 pôsters, revelam o potencial da Ufrgs, considerada uma referência nacional em pesquisa.

Um dos projetos, que já tem aplicação prática, é desenvolvido pelo Departamento de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Ufrgs, em parceria com o Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável (Desma), a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro) e com a ONG Anama - Ação Nascente Maquiné. O objetivo é resgatar, avaliar e difundir alternativas produtivas sustentáveis para os agricultores familiares da região da Mata Atlântica e do litoral norte do estado, especialmente de Maquiné.

Estas comunidades desenvolvem atividades que movimentam a economia da região, a partir do extrativismo da sambaíba-preta, do aproveitamento da fibra da bananeira para artesanato e dos frutos do palmito-juçara, para a fabricação de suco, com todo o apoio técnico necessário e assessoria ambiental.

De acordo com Rodrigo Favretto, um dos pesquisadores envolvidos no projeto, "o que se busca é um desenvolvimento socialmente justo, a partir da pesquisa de espécies nativas com potencial para uso sustentável envolvendo agricultores em uma atividade produtiva e rentável".

Favretto destaca que o artesanato produzido na região já ultrapassou as divisas do estado e começa a ser comercializado em Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Outro exemplo exposto na Inova revela dois projetos desenvolvidos pela Faculdade de Odontologia da Ufrgs. Um deles une a saúde bucal com a prevenção e pode gerar trabalho e renda nas comunidades carentes. Inicialmente, a ação foi desenvolvida em Governador Valadares, Minas Gerais, e agora chega a Porto Alegre.

Segundo Andréia Rosa, estudante de graduação da Odontologia, a pesquisa na área de odontologia preventiva utiliza apenas instrumentos manuais e se insere no projeto Saúde da Família. Essa inserção se dá no trabalho desenvolvido com pessoas que trabalham com reciclagem do lixo. "A partir dos materiais encontrados no lixo como garrafas pet, foram produzidos recipientes para guardar escovas de dente e dos sacos de rafia usados para a coleta, após passarem por um processo de higienização, foi fabricado fio dental", exemplifica.

O outro projeto desenvolveu um aparelho de restauração dental - o Fotopolímerizador de Baixo Custo - que já está



Pesquisa: feira movimentou o prédio da Reitoria entre 11 e 14 de maio

sendo patenteado para atender à clínica da Faculdade de Odontologia da Ufrgs. De acordo com Vicente Leitune, graduando do Laboratório de Materiais Dentais, este equipamento, que no mercado custa entre R\$ 800 e R\$ 2 mil, tem seu custo reduzido para R\$ 65, o que vai baratear muito o tratamento dentário da população carente.

Excelência

Para o Pró-Reitor de Pesquisa da Ufrgs, Cesar Augusto Zen Vasconcellos, a Mostra Inova representa o potencial da universidade na área da pesquisa e apresenta uma distribuição homogênea em todas as áreas do conhecimento. A Ufrgs conta hoje com 569 grupos de pesquisas cadastrados, 1.020 pesquisadores com doutorado, 2.763 alunos matriculados em doutorado e 4.558 em mestrado. Cesar Augusto destaca que hoje 30% da comunidade acadêmica trabalha em pesquisa, envolvendo 11 mil pessoas, entre docentes, discentes e técnicos, sendo que 71% dos programas de pesquisa estão em nível de qualidade nacional e internacional.

Prestação

de contas



**ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS
DOCENTES DA UFRGS**
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64

BALANÇETES – VALORES MENSais - 2005

RUBRICAS / MESES	JAN
ATIVO	2.586.508,40
FINANCEIRO	2.312.003,77
DISPONÍVEL	441.207,97
CAIXA	2.533,16
BANCOS	17,26
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	438.657,55
REALIZÁVEL	1.870.795,80
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.795.150,17
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.795.150,17
ADIANTAMENTOS	12.385,21
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	12.385,21
OUTROS CRÉDITOS	62.769,72
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO	62.769,72
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINtes	490,70
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	490,70
ATIVO PERMANENTE	274.504,63
IMOBILIZADO	271.993,15
BENS MÓVEIS	125.844,57
BENS IMÓVEIS	248.811,89
BENS E DIREITOS EM FORMAÇÃO	14.206,44
(-)DEPRECIACõES ACUMULADAS	(116.869,75)
DIFERIDO	2.511,48
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	10.511,48
(-)AMORTIZACõES ACUMULADAS	(8.000,00)
PASSIVO	2.548.988,58
PASSIVO FINANCEIRO	24.087,23
OBRIGAÇõES OPERACIONAIS	6.666,70
OBRIGAÇõES FISCAIS E SOCIAIS	6.546,70
OBRIGAÇõES DIVERSAS	120,00
OBRIGAÇõES PROVISIONADAS	17.420,53
PROVISõES P/ENCARGOS C/PESSOAL	17.420,53
SALDO PATRIMONIAL	2.524.901,35
ATIVO LÍQUIDO REAL	2.238.670,76
SUPERAVIT ACUMULADO	286.230,59

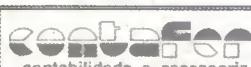
ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS

FOLHA 2

RUBRICAS / MESES	JAN
RECEITAS	138.650,20
RECEITAS CORRENTES	111.180,44
RECEITAS DE CONTRIBUIÇõES	111.180,44
RECEITAS PATRIMONIAIS	27.102,76
RECEITAS FINANCEIRAS	26.910,52
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	192,24
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS	0,00
PARTICIPAÇõES EM AÇõES COLETIVAS	0,00
OUTRAS RECEITAS	367,00
RECUPERAÇõAO DE DESPESAS	317,00
OUTRAS RECEITAS	50,00
DESPESAS	101.130,38
DESPESAS CORRENTES	101.130,38
DESPESAS COM CUSTEIO	37.999,24
DESPESAS COM PESSOAL	15.500,31
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	2.658,73
DESPESAS DE EXPEDIENTE	8.651,08
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	2.617,93
SERVIÇOS DE TERCEIROS	4.360,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	1.568,71
DEPRECIAÇõES E AMORTIZACõES	1.589,45
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	1.013,83
ENCARGOS FINANCEIROS	39,20
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	29.742,81
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	1.105,60
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	0,00
DESPESAS COM VIAGENS	0,00
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	3.429,78
DESPESAS C/ATIVID. POLITICO-ASSOCIATIVA	3.211,78
DESPESAS COM PUBLICAÇõES	16.755,65
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	0,00
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	5.240,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33.388,33
CONTRIBUIÇõES PARA O ANDES	23.746,62
CONTRIBUIÇõES PARA A CUT	9.641,71
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	37.519,82
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	37.519,82

EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA
Presidente

NINO H. FERREIRA DA SILVA
Contador - CRC-RS 14.418



**ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS
DOCENTES DA UFRGS**
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64

BALANÇETES – VALORES MENSais - 2005

RUBRICAS / MESES	FEV
ATIVO	2.614.851,41
FINANCEIRO	2.325.295,39
DISPONÍVEL	454.988,96
CAIXA	2.083,92
BANCOS	17,26
APLICAÇõES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	452.887,78
REALIZÁVEL	1.870.306,43
APLICAÇõES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.805.130,85
APLICAÇõES FINANCEIRAS	1.805.130,85
ADIANTAMENTOS	7.332,89
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	7.332,89
OUTROS CRÉDITOS	57.474,65
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO	57.474,65
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINtes	368,04
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	368,04
ATIVO PERMANENTE	289.556,02
IMOBILIZADO	285.639,08
BENS MÓVEIS	141.185,34
BENS IMÓVEIS	248.811,89
BENS E DIREITOS EM FORMAÇÃO	14.206,44
(-)DEPRECIACõES ACUMULADAS	(118.564,59)
DIFERIDO	3.916,94
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
(-)AMORTIZACõES ACUMULADAS	(8.154,54)
PASSIVO	2.538.955,64
PASSIVO FINANCEIRO	14.054,29
OBRIGAÇõES OPERACIONAIS	3.879,08
OBRIGAÇõES FISCAIS E SOCIAIS	1.319,75
OBRIGAÇõES DIVERSAS	670,00
CREDORES DIVERSOS	1.889,33
OBRIGAÇõES PROVISIONADAS	10.175,21
PROVISõES P/ENCARGOS C/PESSOAL	10.175,21
SALDO PATRIMONIAL	2.524.901,35
ATIVO LÍQUIDO REAL	2.238.670,76
SUPERAVIT ACUMULADO	286.230,59
ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS	FOLHA 2
RUBRICAS / MESES	ACUMULADO
RECEITAS	137.126,82
RECEITAS CORRENTES	111.179,74
RECEITAS DE CONTRIBUIÇõES	111.179,74
RECEITAS PATRIMONIAIS	23.380,22
RECEITAS FINANCEIRAS	23.380,22
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	0,00
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS	2.209,66
PARTICIPAÇõES EM AÇõES COLETIVAS	2.209,66
OUTRAS RECEITAS	357,20
RECUPERAÇõAO DE DESPESAS	352,00
OUTRAS RECEITAS	5,20
DESPESAS	98.750,87
DESPESAS CORRENTES	98.750,87
DESPESAS COM CUSTEIO	24.769,08
DESPESAS COM PESSOAL	12.824,50
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	2.574,93
DESPESAS DE EXPEDIENTE	2.239,60
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	575,48
SERVIÇOS DE TERCEIROS	2.180,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	208,73
DEPRECIAÇõES E AMORTIZACõES	1.849,38
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	2.280,21
ENCARGOS FINANCEIROS	36,25
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	43.333,84
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	2.898,98
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	0,00
DESPESAS COM VIAGENS	21.261,21
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	2.204,00
DESPESAS C/ATIVID. POLITICO-ASSOCIATIVA	1.411,00
DESPESAS COM PUBLICAÇõES	11.775,57
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	403,08
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	3.380,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.647,95
CONTRIBUIÇõES PARA O ANDES	23.746,08
CONTRIBUIÇõES PARA A CUT	6.901,87
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	38.375,95
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	75.895,77
EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA	NINO H. FERREIRA DA SILVA
Presidente	Contador - CRC-RS 14.418

Lei de Biossegurança Medusa legislativa?

Judith Martins-Costa, Márcia Fernandes e José Roberto Goldim,
professores da Faculdade de Direito da Ufrgs

Em 24 de março passado o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou, com poucos vetos, o Projeto de Lei da Biossegurança (PL 2401/03), aprovado pela Câmara de Deputados por 352 votos favoráveis, 60 contrários e uma abstenção. Temos, assim, a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Não há motivo, porém, para festeiros.

Na "sociedade do risco" (U. Beck) a insegurança permeia todos os setores. Há a insegurança das ruas; dos produtos que consumimos; da manipulação publicitária, que nos engana cotidianamente; e também há a insegurança legislativa que deixa o cidadão atônito pela falta de critérios em que possa apoiar, confiadamente, a sua conduta. Essa faceta da insegurança permeia a Lei que deveria assegurar o seu contrário, derivando de um conjunto de fatores que, infelizmente, se têm feito presentes também em outras recentes leis. Pontuemos esses fatores:

I) Fatores de insegurança

Em primeiro lugar está a miscelânea de temas: quanto destinada, em tese, a regulamentar o art. 225, §1º, incisos II, IV e V da Constituição Federal, a Lei 11.105/05 agrupa, qual colcha-de-retalhos jurídica, quatro relevantes matérias diversas – a pesquisa e a fiscalização dos organismos geneticamente modificados (OGM); a utilização de células-tronco embrionárias para fins de pesquisa e terapia; o papel, a estrutura, as competências e o poder da CTNBio; e, por fim, a formação do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) e sua organização, através de normas ora dispersas pelo texto integral da

Lei, ora concentradas no capítulo II.

O caráter fragmentário da Lei nº 11.105/05 – em tudo avesso à noção de sistema que deve presidir a redação legislativa – é devido, por sua vez, a uma série de fatores, uns relacionados às deficiências técnicas, outros atribuíveis às injunções que comandam a política nesse País. Partiu-se da regulamentação dos transgênicos, em especial o plantio de semente transgênica, inicialmente restringida pela Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, depois autorizada, em parte, por Medida Provisória, para se alcançar a regulamentação de técnicas de reprodução humana assistida e regulamentar a CTNBio, tentando-se agradar a gregos e troianos e enfiar no mesmo saco – como se fossem produtos de contrabando – temas que estão a merecer tratamento mais responsável.

Em segundo lugar vem a linguagem legislativa, confusa, ambígua, e demasia-damente aberta do ponto de vista semântico. Mesmo o manuseio de noções estritamente técnicas não está imune a crítica, como, exemplificativamente, no art. 3º quando pretende delimitar as noções-chave com as quais opera, tais como organismo, ácido desoxirribonucléico, moléculas de ADN/ARN recombinante, células germinais humanas, clonagem terapêutica, clonagem para fins reprodutivos, entre outros.

Contradicoriatamente, a lei aponta a conceitos tais como os de ADN e RDN recombinante que já haviam sido claramente estabelecidos pela biologia e que não sofreram alterações, mesmo com a ampliação das técnicas biotecnológicas e de biologia molecular (Art. 3º, inciso III). Ainda opera deficientemente com outras noções, tal como clonagem para fins reprodutivos. A deficiência está em que a Lei apenas estabelece que essa é uma clonagem para fins de obtenção de um indivíduo (art. 3º, inciso IX). O uso da denominação Clonagem Terapêutica é, por sua vez, também equivocado: o adequado seria empregar a expressão Clonagem não-reprodutiva, pois os indivíduos gerados seriam apenas fornecedores de material biológico.

Em terceiro lugar está o próprio conteúdo da Lei: Biossegurança é termo polissêmico, estando os seus sentidos especificamente conectados a determinadas áreas do conhecimento. Poderemos entender biossegurança na sua acepção mais ampla, que inclui questões referentes a organismos geneticamente modificados ou patógenos, radiações ionizantes e não-ionizantes, substâncias citotóxicas ou mutagênicas que provoquem alterações capazes de gerar doenças ou más-formações fetais. E podemos entender o termo no seu sentido mais restrito, referente apenas aos

“O debate sobre a utilização das células-tronco se justifica pela imensa relevância não só científica, mas também por razões éticas, econômicas e pelos efeitos que poderá provocar em muitas áreas do conhecimento”

organismos geneticamente modificados. Em qualquer desses sentidos, o certo é a questão da utilização de células-tronco embrionárias – tratadas na Lei – não se enquadra. Examinemos os pontos mais agudamente merecedores de crítica.

II) Ausência de critérios

O Capítulo I (Disposições preliminares e gerais) pretende ser uma parte introdutória, verdadeiro pórtico no qual estão fixados os princípios e normas gerais que conferem à Lei seu travejamento conceitual, axiológico e científico. Uma vez mais, não foi bem sucedido o legislador nessa importante tarefa.

O art. 1º estabelece as pautas fundamentais quanto às normas de segurança à vida, à saúde humana, animal e vegetal e ao meio-ambiente, fiscalização e utilização em geral dos OGMs, tanto para fins de pesquisa, como para fins comerciais. Para tanto aponta, como princípio basilar a ser observado, o princípio da precaução. É certo que não cabe à Lei aprisionar princípios em conceitos rigidamente traçados, sendo tarefa da jurisprudência e da doutrina formular, paulatinamente – e de acordo com a experiência e a necessidade – o conteúdo dos modelos jurídicos (Reale) cuja moldura (Kelsen) é traçada pelo legislador.

O Direito tem, contudo, inegável dimensão pragmática. Sendo certo, como apontou Gadamer, que “a ciência é essencialmente inacabada” enquanto “a prática exige decisões constantes”, caberia à Lei fornecer diretrizes e critérios, o mais possível objetivos, para essa tomada de decisões. Ocorre que a Lei não oferece ao intérprete, nem de longe, as diretrizes para a concretização do princípio da precaução cuja relevância e atuação não se dá apenas no campo civil (em regra, mais aberto e flexível), mas, por igual, no Direito pe-

nal (centrado no princípio da tipicidade) e no Direito Administrativo, especialmente o Direito Administrativo-Penal (que deve pautar a ação e o poder da Administração Pública com base em regras de certeza e segurança para o administrado).

Em consequência, abre-se uma perigosa combinação entre uma ausência e um excesso: a falta de indicação de critérios de concretização do princípio da precaução (art. 1º) combinada com o excessivo poder discricionário concedido à CTNBio (art. 14, de forma especial) pode atentar contra o princípio da segurança que está nos fundamentos do Estado Democrático de Direito como garantia fundamental do cidadão, já tendo o STF afirmado: “Em verdade, a segurança jurídica, como sub-princípio do Estado de Direito, assume valor ímpar no sistema jurídico, cabendo-lhe papel diferenciado na realização da própria idéia de justiça material”.

Nos termos do art. 2º, para o cumprimento do art. 1º (isto é, para a implementação do princípio da precaução) e para as atividades e projetos relacionados aos OGMs, os agentes deverão, obrigatoriamente, requerer a autorização do Conselho Nacional de Biossegurança (§ 3º) que deverá fornecer Certificado de Qualidade em Biossegurança (§ 4º). Caso contrário, estabelece a co-responsabilidade dos agentes nas atividades e pesquisa quanto aos seus efeitos em decorrência do descumprimento. Já pelo art. 14 (competência da CTNBio) é reafirmado (em especial nos incisos VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII) competir à CTNBio o estabelecimento dos parâmetros e requisitos de segurança e, em decorrência destes requisitos, aprovar ou não as atividades ou pesquisas com OGMs.

Fácil é assim perceber que não são sequer sinalizados, previamente, e de forma abstrata e geral (como compete à Lei, num Estado de Direito), os critérios que

orientarão a realização das pesquisas; nem estão delimitados os critérios objetivos ao trabalho da CTNBio, tais como exigências de estudos prévios ou de impacto ambiental. É, pois, razoável o temor do casuismo decisório, atentatório ao Estado de Direito. O mais preocupante é que, ao delegar este poder a CTNBio, a Lei diz, expressamente, (art. 14, inciso XIII) que aquele Conselho definirá o “nível de biossegurança a ser aplicado ao OGM e seus usos, e os respectivos procedimentos e medidas de segurança quanto ao seu uso, conforme as normas estabelecidas na regulamentação desta Lei, bem como quanto aos seus derivados”.

Isto significa que até a regulamentação da Lei, os critérios de segurança estarão sendo estabelecidos, unicamente, pelos membros componentes da CTNBio, deixando em aberto não só a intrigante questão da legitimidade democrática de suas decisões quanto permitindo àquela Comissão o exercício de um inconstitucional poder punitivo descrito na Lei de forma vaga e aberta.

III) O tratamento das células-tronco

Conquanto o tema central da Lei sejam as pesquisas e fiscalização com os organismos geneticamente modificados (OGMs), a Lei volta-se, repentinamente, a regulamentar a utilização de células-tronco embrionárias para fins de pesquisa e terapia. Dizemos “repentinamente” porque esse tema não está sequer mencionado no artigo 1º que define os objetivos da Lei.

Não é preciso realçar o quanto a utilização das células-tronco embrionárias é tema discutido na comunidade científica mundial (e hoje até mesmo em círculos leigos, pela sua presença constante na mídia). O debate se justifica pela imensa relevância não só científica, mas também por razões éticas, econômicas e pelos efeitos que poderá provocar em muitas áreas do conhecimento.

Porém, em que pese a relevância social do tema e a necessidade premente de legislação nesta área, observa-se que o legislador tratou da matéria de forma precária e deficiente, tudo sintetizando em breves passagens altamente criticáveis.

No art. 5º pretende-se regularizar a possibilidade de utilização de célu-

las-tronco embrionárias para pesquisa e terapia. Os embriões passíveis de utilização para tanto são os denominados embriões provenientes de fertilização *in vitro*. Porém, o art. 5º não menciona quais serão, especificamente, os embriões que poderão ser utilizados para a produção de células-tronco embrionárias, apenas determinando:

"Art. 5º É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as seguintes condições:I - sejam embriões inviáveis; ou, II - sejam embriões congelados há 3 (três) anos ou mais, na data da publicação desta Lei, ou que, já congelados na data da publicação desta Lei, depois de completarem 3 (três) anos, contados a partir da data de congelamento".

É importante que se diga que não existe qualquer critério científico que embase o estabelecimento do período de 3 (três) anos. Acresce, novamente, a ausência de critérios relativos à coleta dos embriões, deixando-se em aberto a questão de saber o que são "embriões inviáveis" e, se "inviáveis", inviáveis para o quê.

O parágrafo primeiro do art. 5º denota o descuido e o modo tecnicamente impreciso de tratar questões sérias que permeia toda a Lei. Aí se diz que "é necessário o consentimento dos genitores" para a pesquisa com células-tronco embrionárias. Ao se supor que os embriões têm genitores se poderia ingressar num intrincado campo jurídico, que é o de estabelecer se os embriões são "pessoas", tendo, portanto, ascendentes, pai e mãe. Abre-se campo, igualmente, para complicadas questões práticas: se os embriões não tiverem os seus "genitores" a descoberto (como ocorre nos casos de doação de gametas), ou mesmo se aqueles tiverem desaparecido, dissolvido o vínculo conjugal ou simplesmente abandonado os embriões, como se resolverá a questão do consentimento? Deverá ser criada uma presunção de consentimento?

Outra relevante questão diz respeito à garantia da privacidade das pessoas que demandam técnicas de reprodução assistida. O Código Civil garante, no art. 21, a proteção da vida privada, considerada "inviolável" e direito integrante da



personalidade humana. O Código foi estruturado como o eixo de um sistema a ser completado, progressivamente

te, e em matérias mais polêmicas ou mais dinâmicas, por meio de "leis aditivas" (Miguel Reale). Assim, a Lei em exame teria o importante papel de aditar – nesse campo específico – a proteção geral da privacidade posta em termos gerais no art. 21 do Código Civil. Porém, essa questão sequer foi contemplada, de modo a restarem em aberto várias indagações: como os pesquisadores interessados em utilizar embriões terão acesso aos dados de suposta inviabilidade? Poderão invadir a privacidade dos "genitores" para conferir o estado ou o tempo de congelamento, de 3 (três) anos, exigido por Lei? Quem será o responsável pela obtenção do consentimento informado – o próprio pesquisador ou o médico assistente responsável pelos procedimentos de reprodução assistida?

Poderíamos, ainda, mencionar uma outra situação que poderá ocorrer e que a Lei não prevê. Nos casos de doação, todos

os embriões congelados de um mesmo casal, ainda em idade reprodutiva, poderão ser destinados à pesquisa e para a produção de material biológico? Existirá a possibilidade de resarcir os gastos já realizados por este casal no tratamento de reprodução assistida, conforme previsto na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde?

A ausência de diretrizes a regrarem as questões acima lembradas – e ainda outras, como a questão da comercialização de gametas e da possibilidade ou não de patenteamento de linhagens de células-tronco adultas ou embrionárias – impede a adequada compreensão dos limites e prerrogativas estabelecidos na própria Lei com relação ao uso de embriões.

Diversamente, quanto às competências da CTNBio, outra parece ter sido a atenção do legislador que, como acima já observamos, corre o risco de enfatizar com o excesso de poder que lhe foi cometido.

Os estudiosos do Direito têm apontado para o caráter simbólico e por vezes "performático" da lei. Atos performativos são aqueles em que a mera enunciação das palavras nas circunstâncias adequadas pelas pessoas competentes tem, como efeito, a produção dos efeitos jurídicos correspondentes ao seu significado. É o que Tércio Sampaio Ferraz denomina de "condão mágico", capaz de "transformar a mera prescrição em direito". Só por essa razão deveria ser imensa a preocupação de todos nós, cidadãos, com o controle do processo legislativo e com a utilização do "condão mágico" pelo legislador. Essa preocupação deveria ser central na Universidade, local privilegiado do debate e da produção da ciência. Com mais razão em temas como a Lei da Biossegurança tem a Universidade um urgente papel a cumprir – se não antes, ao menos posteriormente, apontando o que, na Lei, deve ser corrigido. É pois, imprescindível a colaboração dos seus professores e pesquisadores.

Quando essa colaboração é dispensada temos, como resultado, a ausência de preocupação científica e sistemática e a consequente criação de uma espécie de Medusa jurídica – animal celenterado, corpo gelatinoso, informe, desengonçado, com seus tentáculos dissociados à ameaçarem a segurança de todos nós.

HIPERLINK

Terceiro Setor

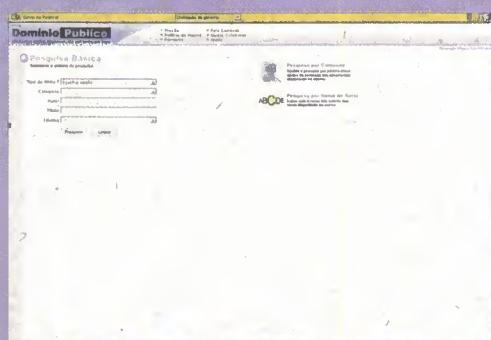
www.rits.org.br



A Revista do Terceiro Setor é uma publicação semanal online da Rede de Informações Para o Terceiro Setor. Traz notícias, reportagens, fotos e links diversos sobre assuntos de interesse geral como Meio Ambiente, Comunicação, Direitos Humanos, Educação, entre outros, sempre com enfoque social. O conteúdo pode servir de subsídio para pesquisas. A atualização é feita toda sexta-feira.

Biblioteca Virtual

www.dominiopublico.gov.br



O site, criado pelo Ministério da Educação, disponibiliza gratuitamente obras de literatura brasileira, ciências, história e geografia, entre outras áreas, que podem ser lidas diretamente no computador ou impressas. A biblioteca virtual contém livros, imagens, com fotos e mapas, e um acervo fonográfico, com gravações atuais e antigas de clássicos da música brasileira, sinfonias, documentários, vídeos, filmes e entrevistas.

EDUCAÇÃO

Adufrgs lança NOVA VERSÃO DA PÁGINA



A página eletrônica da Adufrgs está de cara nova. Desde o dia 25 de maio, está no ar uma versão mais leve e mais dinâmica, que valoriza as imagens e proporciona uma navegação fácil, rápida e objetiva.

Isso porque foi abolido o sistema de rolagem da página anterior, o que possibilita a visualização direta de todos os itens dos menus e a ferramenta de busca está mais eficiente.

Abaixo do cabeçalho, que manteve a mesma ilustração, fica o menu institucional e à esquerda o de serviços. No primeiro, a novidade é o link "convênios", um serviço que está sendo desenvolvido com prioridade pela atual diretoria, e no segundo é o link "fórum", um espaço para discussões, que antes tinha destaque secundário.

A área destinada aos documentos da Andes foi substituída por uma área de documentos em geral e no espaço jurídico é possível encontrar informações sobre o andamento das ações judiciais. O maior espaço, destinado às notícias de interesse dos docentes, traz apenas os títulos das matérias e sempre alguma imagem relacionada com a notícia em destaque.

A Reforma Universitária ganhou link fixo no menu de servi-

ços, que remete diretamente ao site www.universidadepublica.org.br. A intenção é integrar as duas páginas, de forma que as principais notícias do site sobre Reforma Universitária fiquem disponíveis na página eletrônica da Adufrgs. Também continua sendo disponibilizada a versão eletrônica do Adverso assim como o informativo "Adufrgs Online".

Informações sobre assembleias, seminários ou outro evento que envolva as questões do Movimento Docente, antes colocadas em um menu pop up (nova janela) que abria imediatamente após o saite, estão disponíveis agora no rodapé, em uma espécie de espaço multiuso. A idéia é lançar mão também dessa área para destacar uma notícia ou trabalhar uma campanha.

A nova página conta ainda com uma Galeria de Imagens e traz no menu institucional a opção "links", que reúne vários endereços eletrônicos que tratam de temas de interesse dos professores.

ECONOMIA

AUTONOMIA FRUSTRADA

O Cade
e o poder
econômico

de CARLOS ALBERTO BELLO

Editora Boitempo
288 páginas
R\$ 36,00

Uma ampla investigação e análise da trajetória e do papel do Cade - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, órgão criado em 1994 para coordenar as ações antitruste no Brasil. Com um texto bem objetivo, Bello combina erudição com um profundo conhecimento da legislação e com casos de fusões e aquisições abordados no livro, analisando-os tanto nos aspectos sociais quanto políticos e econômicos.

O autor faz uma comparação entre os países centrais, sedes das multinacionais, como Europa e Estados Unidos, onde o controle do poder econômico é muito mais um discurso do que uma prática, e os países periféricos como o Brasil, onde a dificuldade ainda é maior quando se trata de problemas como falta de marco jurídico, de tradição das instituições democráticas e atenção da sociedade civil organizada para o tema.

O livro mostra a questão da legislação antitruste, recriada em 1994, visando uma autonomia do Cade, mas, que, por falta de debate prévio, manteve os cidadãos afastados da discussão, frustrando assim a autonomia do conselho.

Bello mostra, entre outros casos, a aquisição da Kolynos pela Colgate, da Pains pela Gerdau e a associação de cervejarias em uma crescente mega-empresa do setor. O autor também demonstra as limitações do Cade para cumprir sua função de controlar a competição na economia e frear a escalada de poder de algumas empresas, que acabam controlando quase que totalmente setores da economia brasileira.

Reforçando a tese de que o capitalismo é o sistema da "livre iniciativa" e da competição, Bello contextualiza a atuação do Cade, que deveria simbolizar a força do poder público para impedir a formação de monopólios. Autonomia Frustrada revela um amplo e profundo estudo deste assunto ainda pouco explorado no País, na medida que aborda o difícil embate entre o interesse público e os grandes interesses econômicos e questiona como a sociedade organizada pode defender-se desse poder das mega-empresas.

LEIA TAMBÉM

WALTER BENJAMIN - Aviso de Incêndio - uma leitura das teses "sobre o conceito de história"



Michael Löwy
Editora Boitempo
160 páginas
R\$ 32,00

Uma análise sintética dos textos mais enigmáticos da obra de Walter Benjamin: suas teses sobre o conceito de história. Walter Löwy desvenda de forma clara e erudita, as idéias, polêmicas, confrontos e ideais subentendidos nas proposições de Benjamin, com exemplos ricos da realidade latino-americana, como a Teologia da Liberação e o Zapatismo de Chiapas.

O GRANDE INIMIGO



Milt Beraden
e James Risen
Tradução: S. Duarte
Editora Objetiva
560 páginas
R\$ 66,90

O Grande Inimigo relata de forma emocionante a história dos últimos dias do conflito entre os serviços de informação dos protagonistas da Guerra Fria - Estados Unidos e União Soviética. É uma explosiva mistura de história e ação repleta de revelações sobre os canais de comunicação ultra-secretos entre CIA e KGB.

Instituto de Artes

No dia 22 de abril de 1908 nascia o Instituto de Belas Artes, a partir da iniciativa de 25 intelectuais, artistas e personalidades, que tinham como objetivo contribuir para que o Rio Grande do Sul pudesse formar os artistas locais. Aos 97 anos, a instituição se orgulha de sua trajetória histórica, marcada pela busca do reconhecimento da arte como matéria passível de estudo acadêmico.

A inclusão da arte na universidade foi resultado de um ato corajoso da intelectualidade brasileira, uma vez que, na maioria dos países, ela continuou restrita às academias e conservatórios.

Quase 100 anos de história

O aniversário foi celebrado com muita festa no dia 20 de abril, quando professores e alunos do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IA/Ufrgs) participaram de uma intensa programação cultural no Auditorium Tasso Corrêa. Ao meio-dia, um recital inédito, reunindo os violinistas Thiago Colombo de Freitas, Marcos Victora e Cézar Funck, abriu as comemorações. Antes de tocarem juntos, cada um interpretou obras de Frederico Moreno Torroba, Joaquim Rodrigo e William Walton. O encerramento da primeira parte do recital ficou a cargo de Thiago Colombo, interpretando obras de Marcelo Coronel. Na segunda parte, os três apresentaram obra do compositor Ferenc Farkas.

À tarde, um encontro público reuniu participantes da exposição Multíparo Olhar, na Pinacoteca do IA/Ufrgs. Os artistas, formados em Artes Visuais pela Ufrgs em 2004, falaram sobre suas obras e suas experiências durante o curso de graduação. A programação festiva terminou às 18h, com uma apresentação especial do espetáculo "Às Cegas", de Felipe Vieira, que narra a história de três cegos peregrinas na Idade Média que pretendem chegar a Roma em busca de um milagre do Papa.

Histórico

A criação dos institutos de artes tem origem no final do Renascimento, quando algumas repúblicas italianas criaram essas instituições. Florença, Vasari e Bolonha foram as pioneiras e na última já existia universidade desde 1080. No entanto, nessa universidade arte era sinônimo de Medicina, Retórica, Matemá-

tica e Astrologia, sendo que a administração das primeiras academias de artes estava fora do Estado, apesar do esforço de seus dirigentes em vinculá-las aos governos. A ligação mais estreita entre a arte e o governo ocorreu na França de Colbert (Jean-Baptiste Colbert, secretário de Estado da Casa Real), em 1648, por obra de Le Brun (Charles Le Brun, decorador do Palácio de Versailles).

Em 1791, a Revolução Francesa terminou com a universidade medieval e eclesiástica, instalando em seu lugar, quatro anos depois, o *Institut de France*, com as quatro academias. Essas academias criaram suas "écoles" e, a partir de 1816, a missão artística francesa implantou no Rio de Janeiro a Real Academia Brasileira, que se transformou na Imperial Academia.

No Rio Grande do Sul as escolas superiores privilegiavam inicialmente a área científica. No dia 22 de abril de 1908, essas escolas reuniram-se com o propósito de criar um espaço institucional para a "expressão", como diziam os fundadores, que contava com suporte do governo e da sociedade. Ao governo do Estado, presidido na época por Carlos Barbosa, coube o patrocínio e à sociedade a organização. Foram constituídas então 65 comissões regionais que eram comandadas pela Comissão Central, responsável pela direção do Instituto. Também atuavam voluntariamente secretários do Estado, do município de Porto Alegre, empresários e artistas. A gestão acadêmica era realizada pelos docentes das escolas superiores sob o comando de Olinto de Oliveira.

O Instituto Livre de Belas Artes do Rio Grande do Sul, que





Clarissa Pont

initialmente contava apenas com o Conservatório de Música e os cursos de Teoria Musical, Solfejo, Canto Coral, Instrumentos, Harmonia e Composição, deu origem, em junho de 1909, ao Conservatório de Música, sob a direção de Araújo Vianna. A Escola de Artes (Plásticas) surgiu em fevereiro e 1910, oferecendo os cursos de Desenho, Pintura e Artes de Aplicação, e Desenho Industrial, dirigida por Libindo Ferrás.

O antigo vice-presidente e presidente eleito do Instituto de Artes, André da Rocha, foi o responsável pela participação da instituição no processo de criação da Universidade de Porto Alegre. Com esta integração, os cursos de Música e Artes Plásticas passaram a funcionar sob a mesma direção técnica e administrativa. Durante o Estado Novo, o Instituto foi desvinculado da Universidade de Porto Alegre, sob o argumento de que não era reconhecido em nível federal e de que funcionava em instalações inadequadas.

Ainda independente, o Instituto de Artes criou em 1944 o primeiro curso superior de Arquitetura no sul do Brasil que, em 1952, tornou-se a Faculdade de Arquitetura. Em 1954, uma tentativa de incorporar novamente o IA à Universidade foi barrada pelo conselho universitário que solicitou a oficialização da instituição como Escola Superior Autônoma. Assim, o Instituto de Belas Artes, como entidade isolada de ensino superior, teve os cursos de música, pintura e escultura federalizados em 1950. O Curso de Arte Dramática, vinculado à Faculdade de Filosofia, surgiu em 1957 e dez anos depois transformou-se em Centro de Arte Dramática. Finalmente, em 1962, o Instituto de Belas Artes

foi reincorporado à Ufrgs e, em 1970, se estruturou em três departamentos (Arte Dramática, Artes Visuais e Música), formação que mantém até hoje.

Segundo o atual diretor do IA/Ufrgs, Cirio Simon, o próximo passo será a mudança definitiva para o prédio do Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS), no Campus Central. Hoje o IA/Ufrgs já ocupa 300 metros quadrados do prédio do ICBS, com o arquivo, o projeto de curso à distância do IAD e a revista Artes Visuais. "Ainda não temos previsão de data para a mudança definitiva, mas sabemos que o Instituto de Artes, além de cumprir sua função acadêmica, vai cumprir ainda mais sua função social, pois abrigará um centro cultural aberto à comunidade, funcionando inclusive nos fins de semana", comenta.

Homenagem

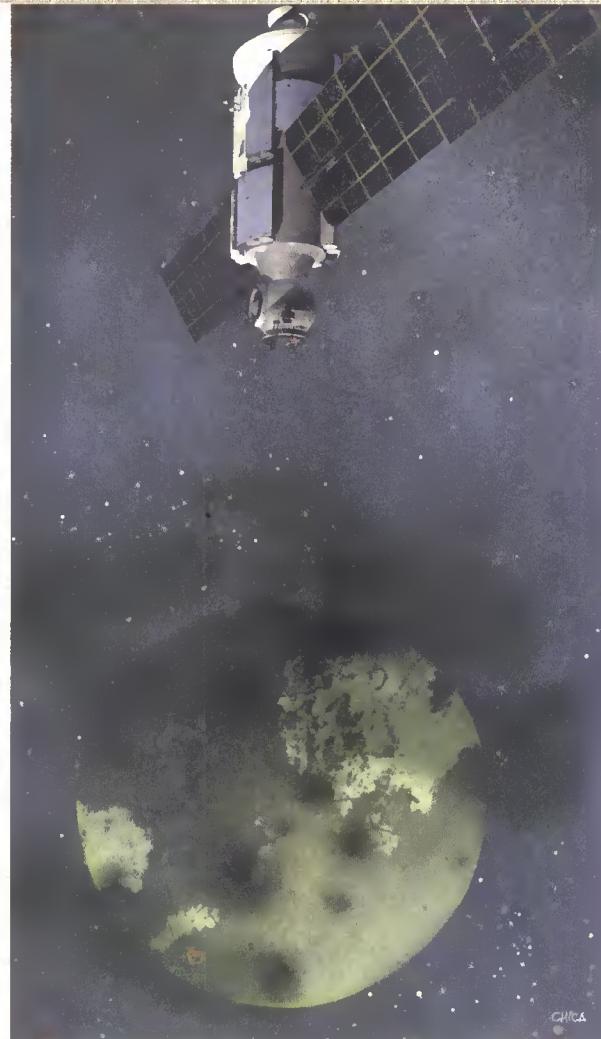
No dia 27 de abril, o IA/Ufrgs recebeu uma homenagem especial da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: a Medalha Iberê Camargo, um dos ex-alunos do Instituto. Na ocasião, o diretor Cirio Simon destacou a importância da instituição por socializar seus resultados e citou como exemplo o Estado do Rio Grande do Sul, que possui hoje em funcionamento efetivo 15 instituições superiores de arte, que nasceram, direta ou indiretamente, a partir da iniciativa de profissionais egressos do IA. Para Simon, "estas comunidades rio-grandenses descobrem cada vez mais que a arte e a cultura constróem um futuro digno para a humanidade e abrem inúmeros caminhos, inclusive os econômicos".





Contaminação da Terra

Depois de sete meses no espaço, a bordo da Estação Espacial Internacional (ISS), o astronauta russo Salizhan Sharipov volta à Terra com uma impressão muito triste de nosso planeta: "Era doloroso ver a fumaça das fábricas e a contaminação da natureza". O astronauta norte-americano Leroy Chiao, que também participou da missão, disse que observou a contaminação causada pela indústria, especialmente no Sudeste Asiático, onde a cortina de fumaça impedia fotografar a região. Junto com Sharipov e Chiao estava o italiano Roberto Vittori, astronauta da Agência Europeia (ESA). Mas, apesar desta "triste visão", os astronautas disseram que foram bem sucedidas as experiências biológicas, como o cultivo de plantas no espaço, as pesquisas com caracóis e grilos e as provas de regeneração celular com platelmintos.



Eletrobrás investe na Universidade

O Ministério da Educação anunciou a liberação de recursos no valor de R\$ 4 milhões para cinco universidades federais brasileiras com o objetivo de equipar laboratórios de pesquisa em eficiência energética e hidráulica em saneamento, além de torná-los centros regionais de referência. Os investimentos serão feitos pela Eletrobrás como parte do Programa de Eficiência Energética em Saneamento Ambiental (Procel Sanear), do Ministério de Minas e Energia em parceria com o Ministério das Cidades. As universidades contempladas são a de Minas Gerais (UFMG), a do Pará (UFPA), da Paraíba (UFPB), do Mato Grosso do Sul (UFMS) e a do Paraná (UFPR). Cada uma receberá R\$ 800 mil.

Concentração do PIB

Apenas nove municípios brasileiros respondem por 25% da produção de bens e serviços. É o que revela a pesquisa sobre o Produto Interno Bruto (PIB) dos 5.560 municípios do País divulgada no dia 3 de maio pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo é inédito e os dados são referentes ao ano de 2002. Os nove municípios são: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Manaus (AM), Belo Horizonte (MG), Duque de Caxias (RJ), Curitiba (PR), Guarulhos (SP) e São José dos Campos (SP). Os municípios de menor PIB no país são Parari (Paraíba), Lavandeira (Tocantins), São Miguel da Baixa Grande (Piauí), Santo Antônio dos Milagres (Piauí) e São Félix dos Tocantins (Tocantins). Juntos, estes municípios somam apenas 0,001% do total do país.

Controle de qualidade

O Instituto de Química (IQ) da Universidade Estadual de Campinas desenvolveu uma metodologia alternativa para combater a adulteração dos combustíveis vendidos nos postos do País. O novo método permite testar a qualidade da gasolina e do álcool em 10 minutos, tempo menor do que os processos tradicionais, utilizando um computador e um espectrofotômetro. De acordo com o pesquisador Jarbas Rohwedder, professor do Departamento de Química Analítica do IQ, com a utilização do novo modelo, o custo de análise das amostras pode cair consideravelmente, pois um espectrofotômetro custa em média R\$ 90 mil. No método tradicional, o preço total dos equipamentos necessários para fazer o teste chega a R\$ 1,5 milhão.

Exercício físico inibe Alzheimer

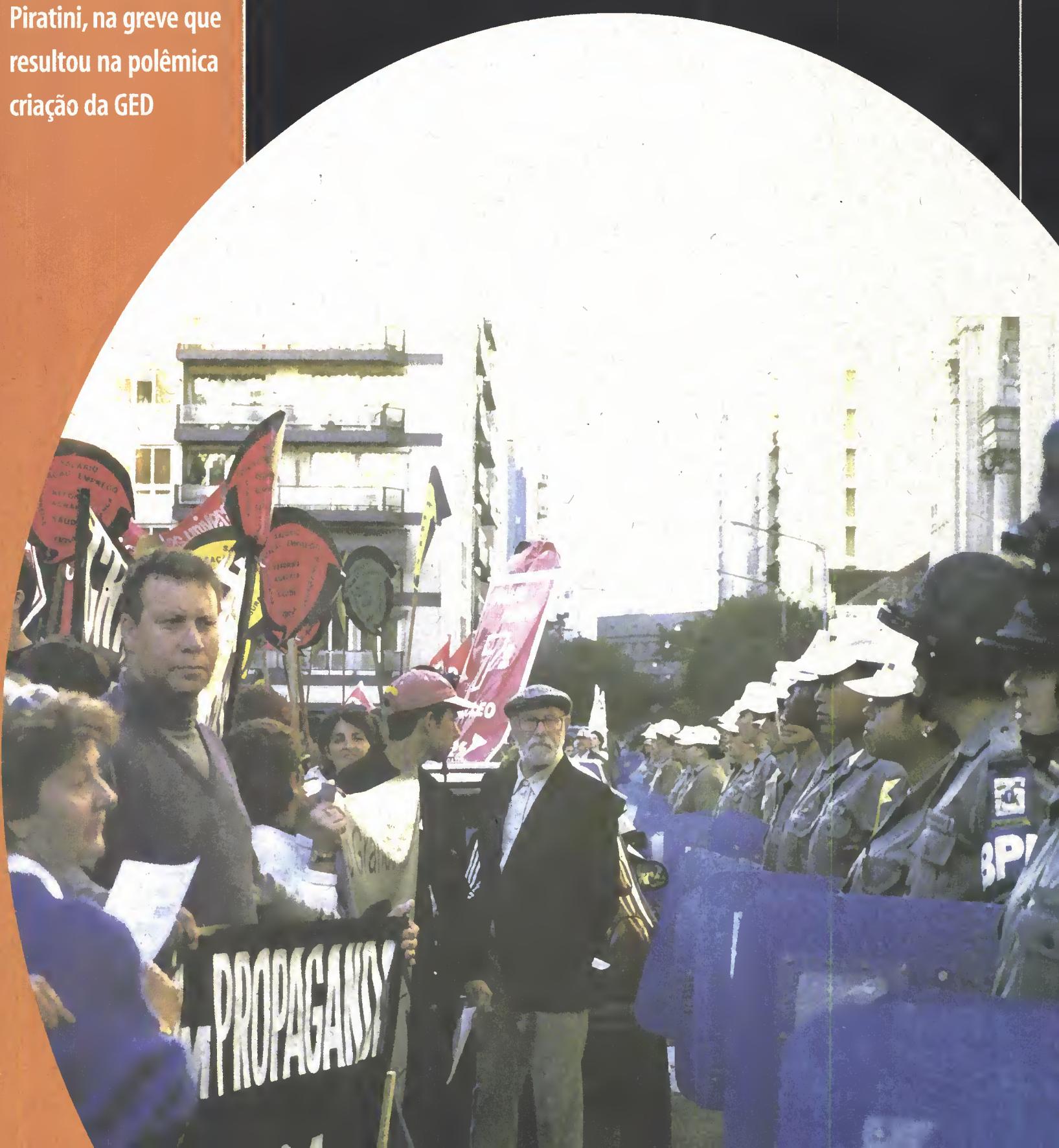
A atividade permanente pode impedir o avanço das lesões cerebrais causadas pela Doença de Alzheimer. Essa é a conclusão de um estudo realizado por pesquisadores da Universidade da Califórnia, que utilizaram ratos transgênicos, que já apresentavam sintomas, para desenvolver a pesquisa. De acordo com o estudo, a atividade física aumenta a capacidade de aprendizagem dos roedores, reafirmando as teorias de que o estilo de vida das pessoas tem uma relação direta com o desenvolvimento da doença. Os ratos foram postos em gaiolas, onde correram em rodas por períodos de um e de cinco meses, enquanto outros foram mantidos em situação sedentária. Depois, colocados em labirintos para que fosse determinada a rapidez com que aprenderiam o caminho e a capacidade de reter a informação, os que fizeram exercício demoraram muito menos que os sedentários.

1998

Manifestação dos professores da Ufrgs, em frente ao Palácio Piratini, na greve que resultou na polêmica criação da GED

a história de quem faz

Foto: Fabricia Osanai/Adufrgs





ADufrgs
Seção Sindical da ANDES/SN
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS